APRESENTAÇÃO

Este livro foi originalmente pensado como uma coleção de ensaios, mas à medida que preparava e revisava a edição inglesa, fui fazendo tantas modificações e acrescentando tanto material novo, no decurso de três anos, que afinal o resultado foi um livro que pretende ter começo, meio e fim. O livro, assim como a maioria dos ensaios, foi escrito em inglês, traduzido, e em seguida cuidadosamente revisado por mim. A única diferença substantiva entre o livro americano e este, porém, foi a adição do Capítulo 16 sobre a reforma da administração pública no Brasil.

Este livro está dividido em quatro partes. A Parte 1 trata das interpretações conflitantes sobre o Brasil e das respectivas estratégias de desenvolvimento. O Capítulo 2, no qual a interpretação da crise é esboçada, é o capítulo central do livro. A interpretação da crise do Estado surgiu a partir de uma intuição prévia — que o Brasil e a América Latina enfrentavam uma crise fiscal que estava relacionada com a crise da dívida externa e com o populismo econômico. Mas ela baseava-se também em outra intuição. Eu observei que o papel do Estado estava mudando, e que esse fato estava relacionado com o “caráter cíclico e mutável da intervenção do Estado”. Esse foi o título de um *paper* que escrevi em 1988, cuja versão atualizada foi publicada em inglês em 1993. Esse processo cíclico explica como o Estado, que desempenhou um papel estratégico no processo de desenvolvimento entre os anos 30 e 70, foi atingido por uma crise profunda nos anos 80, e por que, depois disso, a disciplina fiscal, a privatização e a liberalização comercial tornaram-se imperiosas. Explica também por que a onda conservadora e neoliberal foi tão forte e, afinal, tão equivocada na sua proposta do Estado mínimo. Explica finalmente por que o Estado Social do século XX vai-se transformando já neste último quartil do século no Estado Social-Liberal. O Capítulo 3 resume os meus pontos de vista sobre o caráter cíclico da intervenção do Estado, aplicando-os ao Brasil. Esse é o modelo básico subjacente ao conceito e papel do Estado que eu adoto neste livro.

A Parte 2 examina a crise econômica dos anos 80: o processo histórico que levou à crise, a perversa macroeconomia da crise, a crise da dívida. A Parte 3 é dedicada à dimensão política da crise. Todos os capítulos deste livro pos-

suem uma dimensão política além da econômica. Entretanto, os quatro capítulos desta parte são específicos. Neles, examino a crise e a renovação da esquerda; os obstáculos políticos às reformas econômicas; os aspectos contraditórios do curto, porém significativo, governo Collor; e finalmente o fenômeno que denominei “a contradição da cidadania”: a existência de um grande número de cidadãos com direito a voto em uma sociedade radicalmente heterogênea, em que os governos enfrentam permanentemente uma crise de legitimidade, na medida em que o contrato social clássico não é suficiente para garanti-la, tornando-se necessária a formação adicional de pactos políticos orientados ao desenvolvimento. O Brasil é uma sociedade dual. A distribuição de renda é extremamente injusta. A distância entre as elites e as massas é enorme. Uma sociedade não é moderna apenas porque é orientada ao mercado, porque a alocação de recursos é eficiente e a mudança tecnológica é dinâmica. Precisa também ser razoavelmente homogênea. No Brasil, o distanciamento social é o principal obstáculo à sua modernização. Essa fratura torna extremamente difícil a formação de uma coalizão política democrática, capaz de consolidar a democracia, reduzir as desigualdades econômicas e promover o crescimento.

Finalmente, a Parte 4 é uma análise das reformas econômicas que estão sendo realizadas no Brasil desde 1987, após o colapso do Plano Cruzado, e que foram aceleradas nos anos 90, no governo Collor, culminando com o Plano Real, que estabilizou os preços a partir de 1994. Logo, este livro é sobre crise, mas é também sobre mudanças e reformas. Mudanças e reformas importantes que estão ocorrendo no Brasil desde a eclosão da crise, no começo dos anos 80, mas que foram obscurecidas pela inflação elevada e inercial existente no Brasil. Nessa parte, discuto primeiro as tentativas de estabilização fracassadas, argumentando que a causa dos fracassos não foi só política. Além dos aspectos políticos, sustento que a incompetência dos formuladores de políticas econômicas, que não conseguiram compreender que o período anormal que o Brasil e a América Latina viviam, e, particularmente, a natureza inercial da inflação foram as principais causas dos fracassos. Como segundo tópico, discuto as reformas bem-sucedidas. E concluo o livro com uma análise das mudanças sociais e políticas que conduzem na direção da formação de um novo pacto político orientado ao desenvolvimento.

Antes da conclusão, no Capítulo 15, discuto a estratégia internacional do Brasil. É claro para mim que a Iniciativa para as Américas (1991) e o NAFTA inauguraram uma nova fase nas relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Por um lado, essas duas iniciativas são uma resposta à crise da América Latina, mas, por outro lado, são conseqüências do fim da hegemonia ame-

ricana sobre a economia mundial. Nessa parte do livro, eu analiso a diferença entre o antigo nacionalismo, atado à estratégia de substituição de importações, e a nova política internacional baseada no interesse nacional.

Destas quatro partes em que está dividido o livro, apenas a segunda é constituída principalmente de artigos publicados anteriormente em *A crise do Estado*. E mesmo esses artigos sofreram modificações para se transformarem em verdadeiros capítulos. De todo o livro, apenas o capítulo 16, sobre a reforma da administração pública, não consta da edição original em inglês.

Minha experiência no setor público, bem como o meu trabalho como professor de Economia na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e minha experiência no setor privado foram essenciais para o desenvolvimento das idéias aqui apresentadas. A participação em debates sobre o Brasil e sobre a América Latina em muitos seminários e congressos nacionais e internacionais foi também muito importante. Tenho dívidas para com muitos amigos, mas eu gostaria de me referir a quatro economistas, Jeffrey Sachs, Roberto Frenkel, Rogério Werneck e Yoshiaki Nakano (com quem escrevi os capítulos 7 e 13 deste livro), e a dois cientistas políticos, Adam Przeworski e José Maria Maravall. A eles eu devo muitíssimo. Devo também agradecer a meus tradutores, Martha Jalkauska e Ricardo Ribeiro. O segundo foi, inclusive, o responsável pela primeira revisão e pela atualização de dados.